

AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)¹

José Liberato Barrozo Filho

Centro Universitário da Grande Fortaleza (UNIGRANDE)
liberato@unigrande.br

Wagner Bandeira Andriola

Universidade Federal do Ceará (UFC)
w_andriola@ufc.br

ABSTRACT

The University for All Program (PROUNI) is an important Public Policy, affirmative in nature, aimed at facilitating access to higher education of social strata with less educational, economic and cultural opportunities. A survey was designed to obtain indications about the degree of satisfaction of users of PROUNI and, thus, to allow a judgment on the federal program. Such activity approaches the idea of ex-post-facto evaluation, whose function is to provide "clarification" to society about its relevance or provide social accountability. To do this, a study was developed to compare PROUNI users with non-users regarding satisfaction with training and employability, through the use of primary data resulting from the application of a Questionnaire for Egresses (EQF) in a sample of 88 former students. The results obtained from the comparative analysis between PROUNI users and non-PROUNI users through the Chi-Square test demonstrated that: (i) PROUNI users demonstrated satisfaction with the training received; (ii) PROUNI users showed a greater desire to enter the labor market immediately, in order to generate income for their families through the performance of their respective professions, unlike PROUNI non-users, with a significant difference between the two groups having been captured by the chi-square test ($\chi^2_{[1; 86]} = 6.64; p < 0.05$).

Key-words: Educational Evaluation; Formative Evaluation; Summative Evaluation.

RESUMO

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) configura-se como importante Política Pública, de natureza afirmativa, voltada a facilitar o acesso ao Ensino Superior de camadas sociais com menores oportunidades educacionais, econômicas e culturais. Delineou-se uma pesquisa com o fito de se obter indícios acerca do grau de satisfação dos usuários do PROUNI e, assim, permitir que se emita um juízo de valor acerca do referido programa federal. Tal atividade se aproxima da ideia de avaliação do tipo *ex post-facto*, cuja função é prestar "esclarecimento" à sociedade acerca da sua relevância ou proporcionar *social accountability*. Para tal, desenvolveu-se estudo para comparar os usuários do PROUNI com os não usuários quanto à satisfação com a formação e à empregabilidade, através do emprego de dados primários decorrentes da aplicação de um Questionário Voltado aos Egressos (QVE) em uma amostra de 88 ex-alunos. Os resultados obtidos a partir da análise comparativa entre *usuários do PROUNI* e *não usuários do PROUNI* através do Teste Qui-Quadrado demonstraram que: (i) os usuários do PROUNI demonstraram estar satisfeitos com a formação recebida; (ii) os usuários do PROUNI demonstraram maior desejo de inserirem-se imediatamente no mercado de trabalho, de modo a gerar renda para as respectivas famílias através do desempenho de suas respectivas profissões, ao contrário dos não usuários do PROUNI, com diferença significativa entre os dois grupos tendo sido captada pelo Teste Qui-Quadrado ($\chi^2_{[1; 86]} = 6,64; p < 0,05$).

Palavras-chave: Ensino Superior, Políticas Públicas, Avaliação Educacional, Programa Universidade para Todos (PROUNI).

¹ Artigo resultante da Dissertação de Mestrado do autor principal, apresentada em maio de 2019 no Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC).

1 O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)

Na opinião de Ristoff (2014) nas duas últimas décadas, a educação superior brasileira foi marcada por forte expansão sob todos os aspectos: cresceu o número de instituições, de cursos, de vagas, de ingressantes, de matrículas e de concluintes. Foi um crescimento constante e significativo, com marcada aceleração de ritmo entre 1999 a 2003, período em que se observaram altas taxas de crescimento da educação superior, notadamente em função da proliferação de instituições privadas (Faculdades, Centros Universitários e Universidades) dotados de autonomia para criar novos cursos e aumentar o número de vagas ofertadas (Andriola, 2008).

No período 2004 a 2014 o crescimento se manteve constante, embora em ritmo mais moderado, e mais em sintonia com as políticas globais de inclusão social, passando a expansão a estar fortemente associada à democratização do acesso aos cursos, orientando-se por um conjunto de políticas estruturantes e voltadas à inclusão (ANDRIOLA; SULIANO, 2015). Nesse hiato, as matrículas cresceram de cerca de 1,5 milhão para quase 7 milhões, representando incremento de quase 350%. Ristoff (2014) pondera que tal crescimento se deu em grande parte através do setor privado, especialmente no período de 1999 a 2003, quando as matrículas cresceram 66%.

Não obstante ao cenário favorável de expansão, Costa e Ferreira (2017) ressaltam que a restrição do acesso e as condições de permanência desfavoráveis na Educação Superior são dois problemas significativos no contexto brasileiro, que coexistiram com o fenômeno da democratização do acesso do alunado ao campus brasileiro. Isso se agrava quando estudantes devem superar “barreiras” para ingressar nas reduzidas vagas das universidades públicas, se comparadas ao amplo número daquelas oferecidas no setor privado. Um desses condicionantes decorre dos processos seletivos concorridos e reconhecidamente excludentes, o que contribui para limitar o acesso a este nível de ensino (Pereira Filho, 2011).

Tais condições acentuam o processo de desigual distribuição dos bens educacionais, assim como vêm impor exigências ao estudante, seja das camadas populares ou não, os quais podem vir a ser impedidos de ingressar e, principalmente, concluir a formação no curso superior, conforme lembraram Araújo, Andriola e Coelho (2018). Mediante tal situação, nas últimas décadas, o Governo Federal tem recorrido à criação de medidas para expansão quantitativa, do acesso à Educação Superior, tais como a formulação de Políticas Públicas voltadas a essas camadas sociais menos privilegiadas.

Criado pelo Governo Federal através da medida provisória nº 213 de dez de setembro de 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. O programa configura-se como importante política pública de natureza afirmativa, voltada a facilitar o acesso e incrementar a discriminação positiva, com a característica de não ter nenhum ônus para o aluno, já tendo atendido até o segundo semestre de 2016, mais de 1,9 milhão de estudantes, sendo 70% com bolsas integrais. Adiante serão tecidos comentários acerca de alguns artigos da lei, mais esclarecedores, e seus parágrafos, para melhor entendimento do PROUNI e da pesquisa que ora vislumbra-se desenvolver.

Inicialmente, identificar-se-ão os *stake holders*, de acordo a lei do PROUNI e das demais leis que interagem e tratam da matéria, ressaltando-se o papel de cada um no

âmbito do referido programa. A lei do PROUNI define o que é o programa, quem são seus beneficiários, operadores e gerenciadores, logo no seu Artigo 1º:

“Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão **de bolsas de estudo integrais** e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos”.

O Programa conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. O exame é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Ministério da Educação (MEC).

Para o nosso estudo elegemos os alunos com bolsas integrais visto que a IPES escolhida em sua política optou em seu termo de adesão ao referido programa, somente por essa modalidade. A lei 9870 de 23 de novembro 1999 define o que vem a ser bolsa de estudo e dispõe sobre o valor das anuidades escolares. Essa normatização é importante dentro do contexto de nosso estudo, pois mostra a dimensão do benefício ofertado aos participantes do programa. O parágrafo primeiro do Artigo 1 da lei do PROUNI identifica o perfil econômico do aluno beneficiado:

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

O Artigo segundo da lei do PROUNI trata do acesso e permanência do aluno.

Art. 2º A bolsa será destinada:

I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou seqüencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação.”

Nosso estudo elegeu alunos bolsistas do PROUNI e não bolsistas. Portanto, é importante que se transcreva o Artigo 4º da lei:

Art. 4º Todos os alunos da instituição, inclusive os beneficiários do Prouni, estarão igualmente regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição.

Como se pode constatar, o tratamento igualitário aos alunos nas IPES é exigido por lei e será objeto de nossa pesquisa. De acordo com o artigo quinto da lei do PROUNI são operadores aquelas instituições que preenchem os requisitos nela contida.

Art. 5º A instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá aderir ao Prouni mediante assinatura de termo de adesão,..... cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.

As obrigações impostas pelo programa, as IPES aderentes, estão expressas na própria lei, no termo de ADESÃO e portarias ministeriais, como as que se seguem;

Art 7º - As obrigações a serem cumpridas pela instituição de ensino superior serão previstas no termo de adesão ao Prouni, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias:

I - proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade, respeitados os parâmetros estabelecidos no art. 5º desta Lei;

II - percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.

§ 4º O Ministério da Educação desvinculará do Prouni o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por duas avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.509, de 2007).

O programa oferece as IPES aderentes, em contrapartida, isenção de tributos explicitados em artigo abaixo descrito:

Art. 8º A instituição que aderir ao Prouni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão: (Vide Lei nº 11.128, de 2005)

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e

IV - Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970.

§ 1º A isenção de que trata o caput deste artigo recairá sobre o lucro nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, e sobre a receita auferida, nas hipóteses dos incisos III e IV do caput deste artigo, decorrentes da realização de atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica.

§ 3º A isenção de que trata este artigo será calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas. (Incluído pela Lei nº 12.431, de 2011).

O PROUNI torna-se robusto na medida em a lei que o instituiu é abrangente minuciosa e completa, não deixando lacunas que possam causar danos, como privilégios e discriminação aos participantes.

Para finalizar, cumpre destacar que o PROUNI, somado ao FIES, ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica amplia, significativamente, a oferta de vagas na educação superior, contribuindo para um maior acesso dos jovens a esse nível de ensino e de formação profissional..

2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Consoante Andriola (1999), avaliar significa determinar a valia de algo, atribuir valor a alguma atividade ou entidade com o fito de gerar novas informações que permitam o plano de ações para o seu aprimoramento. Outras línguas, incluindo o espanhol e o inglês, coincidem na associação de avaliação como atribuição de valor (Mokate, 2002; Garcia, 2001). No entanto, Ala-Harja e Helgason (2000) advertem que não existe consenso quanto ao que seja avaliação de políticas públicas, pois o conceito admite múltiplas definições, algumas delas contraditórias.

Esse fato se explica justamente porque a área de políticas públicas é perpassada por uma variedade de disciplinas, instituições e executores, abrangendo diversas questões, necessidades e pessoas que buscam abordar, através da avaliação, a eficácia e a excelências das políticas públicas (ANDRIOLA, 2000).

Nesse âmbito, Ala-Harja e Helgason (2000) definem avaliação em termos simples, afirmando que o termo compreende a avaliação dos resultados de um programa em relação aos objetivos propostos. Combinando contribuições de diversos autores, Garcia (2001) define avaliação como uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previa. Segundo Silva e Costa (2002), as políticas públicas tornam-se programas quando, por ação de uma autoridade, as condições iniciais para sua implementação se concretizam. Pode ser considerada, também, como a operação de constatar a presença ou a quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida para obtê-lo, tendo como base um quadro referencial ou critérios de aceitabilidade pretendidos (BLANKENBERG, 1995).

O Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) assinala que o propósito da avaliação é determinar a pertinência e o alcance dos objetivos, a eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade do desenvolvimento. A avaliação deve proporcionar informação que seja crível e útil para permitir a incorporação da experiência adquirida no processo de tomada de decisão. A avaliação deve ser vista como um mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações, sobre as quais eles possam fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as políticas públicas (ALAHARJA; HELGASON, 2000; TREVISAN; BELLEN, 2008).

Thoenig (2000) declara que o uso da avaliação é orientado para ação, assim, a prioridade dela é fornecer informação. Contudo, Mokate (2002) acautela que diversas definições, inclusive a do comitê, falham em resgatar explicitamente o conceito de “valor”

ou de “mérito”, pois se centram na verificação do cumprimento de um plano e análise do atingimento de objetivos, supondo que o plano e os objetivos correspondentes têm um valor já reconhecido e aceito em si. Não obstante a grande utilidade das informações providas da avaliação, esta é muito pouco utilizada.

No caso das reformas do setor público, Thoenig (2000) observa que nenhuma iniciativa foi lançada para avaliar as reformas; pelo contrário, pode-se encontrar um relativo ceticismo para com a avaliação, particularmente, entre praticantes bem-informados e experientes em reforma da gestão pública, alguns até mesmo expressam uma resistência à avaliação que parece predominar no seu próprio governo. As avaliações podem ser um “problema” para os governantes, executores e gerentes de projetos porque os resultados podem causar constrangimentos públicos. As informações e resultados das avaliações podem ser usados pelo público e pela imprensa para criticar os governos, da mesma forma que, em caso de “boas notícias”, os governos podem usá-las para legitimar as próprias políticas, como ganho político etc.

Ao dar ênfase sobre o ciclo de uma política pública, Frey (2000) o apresenta em quatro etapas, quais sejam: (i) a percepção e definição de problemas, (ii) a elaboração de programas e decisão, (iii) a implementação, e, por fim, (iv) a avaliação para a correção e melhoria da ação. Com efeito, considerando que é esta última etapa a que nos interessa devemos entender o que significa avaliar uma política pública. Inicialmente, convém destacar, por oportuno, que, segundo Andriola (1999), a avaliação é uma atividade científica que tem a pretensão de obter informações úteis acerca do objeto analisado com duplo propósito: permitir sua valoração e possibilitar seu aprimoramento.

Nesse sentido, Faria (2005) corrobora essa visão, ao destacar que a avaliação representa a etapa do ciclo das políticas que objetiva aperfeiçoar ações além de fornecer subsídios para intervenções, prestação de contas e responsabilização de agentes envolvidos. Souza (2009) arremata esse posicionamento teórico ao destacar a avaliação como processo de acompanhamento e análise da implementação de políticas, que auxilia todas as etapas do planejamento e orienta as tomadas de decisão.

É ainda na fase da avaliação que se constata quais objetivos foram alcançados, de modo a fomentar decisões sobre a continuidade do ciclo político, sobre a iniciação de um novo ciclo, a elaboração de um novo programa ou até modificação do anterior (FREY, 2000). Nesse sentido, Souza (2003) afirma que as pesquisas devem dar atenção especial para as variáveis que impactam sobre os resultados das políticas públicas, com o fito de entender melhor os resultados destas.

Destarte, a avaliação, que pode ser feita durante ou após a execução de um programa, faz parte do ciclo da política pública e é inexorável para analisar e verificar suas repercussões, além de contribuir para o desenvolvimento contínuo das ações do governo. Vale ressaltar que desde o início da avaliação de políticas públicas, na década de 1960, sua função sofreu mudança de foco.

Segundo Trevisan e Bellen (2008), inicialmente a avaliação dava ênfase ao fornecimento de informação, garantindo o *feedback*; posteriormente, na década de 1980, quando se buscava mais eficiência na alocação de recursos, o foco foi direcionado para a (re)alocação fundamentada em critérios orçamentários; já na década de 1990, última constatada na literatura, sua função passou a ser de legitimação por meio do questionamento do papel do Estado, atendendo à exigência de se verificar os resultados dos investimentos da administração pública.

Cabe ressaltar que nos últimos anos, observa-se um movimento global, no âmbito dos poderes legislativos, de discussão em diversos continentes como Ásia, África e América Latina acerca da necessidade de se criar políticas nacionais de avaliação no

intuito de se analisar a relevância, eficácia, eficiência e efetividade de programas públicos. Na realidade, trata-se de um movimento cujo nascedouro remonta-se às ideias de Scriven (1969) sobre os conceitos de meta-avaliação e de *accountability*. Portanto, a *accountability* é uma perspectiva de transparência e de controle da coisa pública, através de sistemáticas de avaliação que visam gerar informações relevantes acerca da adequação dos recursos públicos empregados na execução dos programas e das atividades componentes das políticas públicas (ROCHA, 2011). Assim, atualmente, a sociedade exige que as políticas públicas e os programas que as compõem rendam contas à sociedade, através de sistemáticas de avaliação (SCRIVEN, 1964). De certo modo, é esse um dos aspectos centrais que justificam a presente pesquisa.

Nesse âmbito, cumpre destacar que a análise comparativa das repercussões do PROUNI entre usuários e não usuários possibilitará obter dados diagnósticos, que, por seu turno, permitirão o planejamento de ações de aprimoramento e a tomada de decisões por parte dos gestores e dos formuladores de programas e de políticas públicas, com vistas à adequação destas últimas ao público usuário, consoante às ideias de Andriola (1999).

Desse modo, cabe recorrer a Therrien e Sobrinho (1983/1984), para quem a avaliação deverá possibilitar o planejamento eficiente de ações, com vistas a assegurar a credibilidade (da atividade, do programa ou da política) frente aos olhos dos usuários e perante a sociedade na qual se insere. Para tal, Therrien e Sobrinho (1983/1984) ressaltam:

“A avaliação deve mostrar não apenas o somatório de realizações, mas, sobretudo, o efeito ou impacto de sua presença e atuação no contexto social que lhe dá razão de ser. (...) Ao mesmo tempo em que contribui para a unificação efetiva das partes num todo coerente e atuante, a avaliação consolida os empenhos de participação, porque reconhece os princípios da democracia e da responsabilidade conjunta” (p. 19).

A partir do exposto, delineou-se uma pesquisa com o fito de se obter indícios sobre os resultados de uma Política Pública voltada à Educação Superior, nesse caso o PROUNI, atividade esta que se aproxima da ideia de avaliação com a função de “esclarecimento”, do tipo *ex post*, conforme os objetivos a seguir detalhados.

3 OBJETIVO GERAL DA PESQUISA

Avaliar o grau de satisfação dos usuários de uma Política Pública voltada ao Ensino Superior, nesse caso específico, o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

3.1 Objetivos Específicos

a) Contrastar o nível de satisfação dos usuários do PROUNI com os demais alunos, no que tange à formação recebida.

b) Comparar o nível de empregabilidade dos usuários do PROUNI com os demais alunos.



4. DESIGN DA PESQUISA

Trata-se de um estudo comparativo entre dois grupos de alunos, a saber: **(i) usuários do PROUNI** e **(ii) não usuários do PROUNI**. Assim sendo, basicamente o que se tem é um *design* quase experimental, no qual os dois grupos referidos foram comparados quanto aos atributos descritos no Quadro 1.

Atributo Estudado	Objetivo Específico ao qual o Atributo se Vincula	Unidade de Medida do Atributo
Nível de satisfação com a formação	<i>a</i>	Grau de Satisfação com a Formação através do QVE
Nível de empregabilidade	<i>b</i>	Grau de Empregabilidade através do QVE

Quadro 1 - *Design* básico da pesquisa.

5 DEFINIÇÕES OPERACIONAIS DOS ATRIBUTOS

A seguir são apresentadas as definições operacionais para cada um dos atributos empregados no estudo, conforme previsto nos objetivos específicos anteriormente apresentados e referidos no *design* da pesquisa.

a) Nível de satisfação: é uma medida oriunda do emprego do Questionário Voltado aos Egressos (QVE) para avaliar aspectos diretamente vinculados à formação, tais como, qualidade dos docentes, qualidade da gestão de curso, qualidade da biblioteca e do acervo, qualidade da infraestrutura física do curso, qualidade da acessibilidade, dentre outros aspectos relevantes;

b) Nível de empregabilidade: é uma medida oriunda do emprego do Questionário Voltado aos Egressos (QVE) para avaliar aspectos diretamente vinculados à capacidade de inserção no mercado de trabalho do alunado, a partir do desenvolvimento de competências e da aquisição de conhecimentos técnicos e específicos, oriundos da formação obtida no curso de graduação.

6 LÓCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida no Centro Universitário da Grande Fortaleza (UNIGrande), cuja sede localiza-se no município de Fortaleza (CE). Trata-se de uma Instituição de Ensino Superior (IES) com 18 anos de existência, de natureza administrativa privada, que possui aproximadamente 3500 alunos regularmente matriculados em quase 40 cursos de graduação (presenciais e a distância).

7 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Conforme referido, a pesquisa consistiu em um estudo de campo com o propósito de obter-se opiniões dos alunos egressos dos cursos presenciais de graduação do UNIGrande acerca do nível de satisfação com a formação obtida, bem como com o nível de empregabilidade proporcionada pelo curso, de modo a se poder fazer análises comparativas entre usuários e não usuários do PROUNI. Assim sendo, nos próximos tópicos serão apresentados os principais resultados do estudo.

7.1 NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM A FORMAÇÃO E NÍVEL DE EMPREGABILIDADE: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE USUÁRIOS E NÃO USUÁRIOS DO PROUNI

Em conformidade com Gil (1999), Kerlinger e Lee (2000), trata-se de um estudo descritivo, de natureza qualitativa e quantitativa, que tem a pretensão de gerar novas informações acerca da realidade acadêmica do UNIGrande, a partir das opiniões dos egressos dos cursos presenciais de graduação.

7.1.1 População e Amostra

A população constituiu-se de 250 alunos egressos dos cursos presenciais de graduação do UNIGrande, diplomados no semestre letivo de 2018.2, enquanto a amostra estudada compreendeu 88 egressos, o que correspondeu a 35,2% do universo.

7.1.2 Instrumento de Coleta dos Dados Primários

O Questionário Voltado dos Egressos (QVE) do UNIGrande (Anexo 1) foi especialmente desenvolvido para captar as opiniões dos alunos acerca da realidade e da qualidade acadêmica do curso, a partir de aspectos tais como: corpo docente, infraestrutura do curso, gestão acadêmica do curso, biblioteca e acervo, necessidade de aprofundar a formação, empregabilidade e expectativas de exercício profissional. Além destas informações, o referido instrumento coleta dados relativos ao curso, a idade e o gênero dos alunos, bem como o tipo de financiamento que o egresso utilizou durante a formação, tais como Bolsa do PROUNI, o FIES ou outra modalidade aceita pelo UNIGrande.

7.1.3 Procedimento de Coleta dos Dados Primários

Os dados foram coletados a partir da aplicação do Questionário Voltado aos Egressos (QVE) do UNIGrande durante três reuniões realizadas pelo Controle Acadêmico durante o semestre letivo 2018.2, com o objetivo de orientar os alunos para a colação de

grau. Após a explanação do que se tratava e dos objetivos do estudo, solicitou-se que os presentes preenchessem o QVE com as informações necessárias ao estudo, conforme o Anexo 1.

7.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Nesta seção do trabalho serão apresentadas as principais características dos 88 alunos egressos partícipes da pesquisa.

7.2.1 Aspectos Demográficos

A faixa etária dos egressos do estudo compreendeu o valor mínimo de 19 e o máximo de 64 anos, com média aritmética 30,6 anos e desvio-padrão 9,5 anos, sendo a moda 26 anos ($n = 9$ ou 10,2%). Quanto ao gênero, a maioria dos partícipes compunha o grupo masculino ($n = 50$ ou 56,8%), enquanto a minoria era da categoria feminina ($n = 38$ ou 43,2%). Convém destacar que a expressiva maioria dos alunos informou exercer alguma atividade remunerada ($n = 66$ ou 75%), enquanto grupo minoritário ainda não possuía nenhum vínculo empregatício remunerado ($n = 22$ ou 25%). Ressalte-se que em 46,6% dos casos de egressos com vínculo empregatício formal ($n = 41$) o curso no qual receberam formação tem total aderência com a atividade laboral desempenhada, o que acentua a excelência da formação brindada pelo UNIGrande aos seus alunos.

No que concerne ao tipo de financiamento que o egresso utilizou para custear a sua formação, metade ($n = 44$) informou ter usado o FIES, enquanto grupo menor ($n = 13$ ou 14,8%) asseverou ter usado o PROUNI. Os demais egressos ($n = 27$ ou 35,2%) adotaram outras formas de financiamento para custear a formação em nível de graduação.

7.2.2 Cursos dos Alunos

No que tange aos cursos dos 88 partícipes do estudo, a Tabela 1 contém a distribuição dos alunos e os respectivos quantitativos.

Tabela 1 - Lista de cursos e distribuição dos alunos.

	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Cursos	Administração	9	10,2	10,2
	Computação	5	5,7	15,9
	Contábeis	2	2,3	18,2
	Direito	38	43,2	61,4
	Educação Física	12	13,6	75,0
	Enfermagem	11	12,5	87,5
	Letras	5	5,7	93,2
	Logística	4	4,5	97,7
	Sistemas de <i>Internet</i>	2	2,3	100,0
	Total	88	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Direta (2018).

Conforme apontam os dados, a maior parcela de alunos egressos partícipes do estudo é oriunda do curso de Direito ($n = 38$ ou 43,2%), sendo a segunda maior oriunda

do curso de Educação Física (n = 12 ou 13,6%) e a terceira maior do curso de Enfermagem (n = 11 ou 12,5%). Os três referidos cursos perfazem juntos 69,3% o que equivale a 61 alunos egressos.

7.3 RESULTADOS PRINCIPAIS

Nesta seção são apresentados os principais resultados do estudo que objetivou averiguar o nível de satisfação dos alunos usuários de uma política pública voltada ao Ensino Superior, nesse caso específico, o PROUNI, acerca da percepção da qualidade formação recebida em nível de graduação, a partir das opiniões dos egressos do semestre letivo de 2018.2 de cursos presenciais. Convém salientar, por oportuno, que se trata de um estudo componente de pesquisa mais ampla, que objetivará comparar os alunos do PROUNI com outras modalidades de bolsistas, para identificar discrepâncias em outros aspectos relevantes da vida acadêmica.

7.3.1 Análises Comparativas entre os Egressos Usuários do PROUNI e Egressos Não Usuários do PROUNI

Nessa seção apresentam-se resultados oriundos de análises comparativas entre os usuários do PROUNI com os demais alunos, no que tange a um conjunto de aspectos relevantes para a compreensão da qualidade da formação destes, a saber: orientação para o mercado do trabalho, recebida pelos alunos durante a formação; importância de participar do ENADE; utilidade das temáticas abordadas nas disciplinas para o exercício profissional; qualidade do corpo docente do curso ao qual se vinculava o aluno; excelência da atuação do coordenador de curso ao qual se vincula o aluno; qualidade da infraestrutura do curso; utilidade dos livros físicos e virtuais disponibilizados na biblioteca para a formação recebida pelos alunos; possíveis lacunas e/ou deficiências na formação e o impacto destas sobre o adequado exercício profissional; atratividade do mercado de trabalho após a conclusão do curso de graduação; eficácia da formação obtida em nível de graduação, ante as exigências profissionais do mercado de trabalho; intensão em aprofundar os conhecimentos obtidos em nível de graduação; satisfação com a formação obtida em nível de graduação; interesse em voltar a estudar no UNIGrande.

A tabela 2, apresentado a seguir, contém informações acerca da orientação para o mercado do trabalho, recebida pelos alunos durante a formação.

Tabela 2 - Orientação para o mercado de trabalho.

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Alunos do Prouni	Sim	11	84,6	84,6	84,6
	Não	2	15,4	15,4	100,0
	Total	13	100,0	100,0	
Demais alunos	Sim	51	68,0	68,0	68,0
	Não	24	32,0	32,0	100,0
	Total	75	100,0	100,0	

Fonte: pesquisa direta (2018).

Conforme se pode observar, há uma proporção maior de alunos do PROUNI que receberam orientação para o mercado do trabalho durante a formação (n = 11 ou 84,6%) em comparação aos demais alunos (n = 51 ou 68%). Apesar da discrepância observada

entre os dois grupos de alunos, a diferença entre as duas proporções não foi significativa estatisticamente, pois $\chi^2_{(obs)} = 1,47$ foi menor que o $\chi^2_{(tab)} = 3,841$ (gl = 1; p = 5%).²

Na Tabela 3, apresentada a seguir, há informações acerca da opinião sobre a importância de participar do ENADE.

Tabela 3 - Opinião sobre a importância de participar do ENADE.

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Aluno do Prouni	Sim	10	76,9	76,9	76,9
	Não	3	23,1	23,1	100,0
	Total	13	100,0	100,0	
Demais alunos	Sim	64	85,3	85,3	85,3
	Não	11	14,7	14,7	100,0
	Total	75	100,0	100,0	

Fonte: pesquisa direta (2018).

De acordo com as informações, há uma proporção menor de alunos do PROUNI que opinou ser importante participar do ENADE (n = 10 ou 76,9%) em comparação aos demais alunos (n = 64 ou 85,3%). Apesar da discrepância observada entre os dois grupos de alunos, a diferença entre as duas proporções não foi significativa estatisticamente, pois $\chi^2_{(obs)} = 0,59$ foi menor que o $\chi^2_{(tab)} = 3,841$ (gl = 1; p = 5%).

Na Tabela 4, apresentada adiante, há dados acerca da opinião sobre a utilidade das temáticas abordadas nas disciplinas para o exercício profissional.

Tabela 4 - Temáticas úteis ao exercício profissional.

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Alunos do Prouni	Sim	13	100,0	100,0	100,0
	Não	0	0,0	0,0	
	Total	13	100,0	100,0	
Demais alunos	Sim	72	96,0	96,0	96,0
	Não	3	4,0	4,0	100,0
	Total	75	100,0	100,0	

Fonte: pesquisa direta (2018).

Em consonância com os dados, observa-se que a totalidade de alunos do PROUNI opinou que as diversas temáticas abordadas durante a formação recebida (n = 13 ou 100%) foram úteis ao exercício profissional, em comparação aos demais alunos (n = 72 ou 96%). Essa pequena discrepância observada entre os dois grupos de alunos não foi significativa estatisticamente, pois $\chi^2_{(obs)} = 0,53$ foi menor que o $\chi^2_{(tab)} = 3,841$ (gl = 1; p = 5%).

² O teste estatístico do *Qui Quadrado*, simbolizado por χ^2 é um teste de hipóteses que se destina a encontrar um valor da dispersão para duas variáveis nominais, avaliando a associação existente entre ambas. É um teste não paramétrico, ou seja, não depende dos parâmetros populacionais, como média e variância. O princípio básico deste procedimento estatístico é comparar proporções, isto é, averiguar possíveis divergências entre as frequências observadas e esperadas para certo evento. No presente caso, as comparações foram feitas entre as frequências de dois grupos: *alunos usuários do PROUNI* e *alunos não usuários do PROUNI*.

Na Tabela 5, apresentada a seguir, há informações acerca da opinião sobre a qualidade do corpo docente do curso ao qual se vinculava o aluno.

Tabela 5 - Excelência da atuação do corpo docente.

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Aluno do Prouni	Sim	12	92,3	92,3	92,3
	Não	1	7,7	7,7	100,0
	Total	13	100,0	100,0	
Demais alunos	Sim	66	88,0	88,0	88,0
	Não	9	12,0	12,0	100,0
	Total	75	100,0	100,0	

Fonte: pesquisa direta (2018).

De acordo com as informações, a imensa maioria de alunos do PROUNI reconheceu a excelência do corpo docente do seu respectivo curso ($n = 12$ ou 92,3%), assim como os demais alunos ($n = 66$ ou 88%). Essa pequena discrepância observada entre os dois grupos de alunos não foi significativa estatisticamente, pois $\chi^2_{(obs)} = 0,20$ foi menor que o $\chi^2_{(tab)} = 3,841$ ($gl = 1$; $p = 5\%$).

Na Tabela 6, apresentada a seguir, há informações acerca da opinião sobre a excelência da atuação do coordenador de curso ao qual se vincula o aluno.

Tabela 6 - Excelência da atuação do coordenador de curso.

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Alunos do Prouni	Sim	12	92,3	92,3	92,3
	Não	1	7,7	7,7	100,0
	Total	13	100,0	100,0	
Demais alunos	Sim	63	84,0	84,0	84,0
	Não	12	16,0	16,0	100,0
	Total	75	100,0	100,0	

Fonte: pesquisa direta (2018).

Conforme os resultados, a imensa maioria de alunos do PROUNI reconheceu a excelência da atuação do coordenador de curso ($n = 12$ ou 92,3%), assim como os demais alunos ($n = 63$ ou 84%). Essa pequena discrepância observada entre os dois grupos de alunos não foi significativa estatisticamente, pois $\chi^2_{(obs)} = 0,61$ foi menor que o $\chi^2_{(tab)} = 3,841$ ($gl = 1$; $p = 5\%$).

Na Tabela 7, apresentada a seguir, há informações acerca da opinião dos alunos acerca da qualidade da infraestrutura do curso.

Tabela 7 - Qualidade da infraestrutura do curso.

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Alunos do Prouni	Sim	10	76,9	76,9	76,9
	Não	3	23,1	23,1	100,0
	Total	13	100,0	100,0	
Demais alunos	Sim	65	86,7	86,7	86,7
	Não	10	13,3	13,3	100,0
	Total	75	100,0	100,0	

Fonte: pesquisa direta (2018).

Conforme os resultados, a imensa maioria de alunos do PROUNI reconheceu a qualidade da infraestrutura do seu curso ($n = 10$ ou 76,9%), assim como os demais alunos ($n = 65$ ou 86,7%). A discrepância observada entre os grupos de alunos não foi significativa estatisticamente, pois $\chi^2_{(obs)} = 0,84$ foi menor que o $\chi^2_{(tab)} = 3,841$ ($gl = 1$; $p = 5\%$).

Na Tabela 8, apresentada a seguir, há dados acerca da utilidade dos livros físicos da biblioteca para a formação recebida pelos alunos.

Tabela 8 - Utilidade dos livros físicos da biblioteca para a formação discente.

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Alunos do Prouni	Sim	10	76,9	76,9	76,9
	Não	3	23,1	23,1	100,0
	Total	13	100,0	100,0	
Demais alunos	Sim	65	86,7	86,7	86,7
	Não	10	13,3	13,3	100,0
	Total	75	100,0	100,0	

Fonte: pesquisa direta (2018).

Conforme os resultados, a imensa maioria de alunos do PROUNI reconheceu a utilidade dos livros físicos para a formação recebida ($n = 10$ ou 76,9%), assim como os demais alunos ($n = 65$ ou 86,7%). Essa discrepância observada entre os dois grupos de alunos não foi significativa estatisticamente, pois $\chi^2_{(obs)} = 0,84$ foi menor que o $\chi^2_{(tab)} = 3,841$ ($gl = 1$; $p = 5\%$).

Na Tabela 9, apresentada abaixo, há dados acerca da utilidade dos livros virtuais (digitalizados) da biblioteca para a formação recebida pelos alunos.

Tabela 9 - Utilidade dos livros virtuais (digitalizados) da biblioteca para a formação discente.

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Alunos do Prouni	Sim	6	46,2	46,2	46,2
	Não	7	53,8	53,8	100,0
	Total	13	100,0	100,0	
Demais alunos	Sim	24	32,0	32,0	32,0
	Não	51	68,0	68,0	100,0
	Total	75	100,0	100,0	

Fonte: pesquisa direta (2018).

De acordo com os resultados, tão somente a minoria de alunos do PROUNI reconheceu a utilidade dos livros virtuais para a formação recebida (n = 6 ou 46,2%), bem como os demais alunos (n = 24 ou 32%). Essa discrepância observada entre os dois grupos de alunos não foi significativa estatisticamente, pois $\chi^2_{(obs)} = 0,99$ foi menor que o $\chi^2_{(tab)} = 3,841$ (gl = 1; p = 5%).

Na Tabela 10, apresentada a seguir, há dados acerca das possíveis lacunas e/ou deficiências na formação e o impacto destas sobre o adequado exercício profissional.

Tabela 10 - Impactos das lacunas e/ou deficiências na formação sobre o adequado exercício profissional.

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Alunos do Prouni	Sim	1	7,7	7,7	7,7
	Não	12	92,3	92,3	100,0
	Total	13	100,0	100,0	
Demais alunos	Sim	12	16,0	16,0	16,0
	Não	63	84,0	84,0	100,0
	Total	75	100,0	100,0	

Fonte: pesquisa direta (2018).

De acordo com os resultados, a minoria de alunos do PROUNI reconheceu os impactos das lacunas e/ou deficiências na formação sobre o adequado exercício profissional (n = 1 ou 7,7%), assim como os demais alunos (n = 12 ou 16%). Essa discrepância observada entre os dois grupos de alunos não foi significativa estatisticamente, pois $\chi^2_{(obs)} = 0,61$ foi menor que o $\chi^2_{(tab)} = 3,841$ (gl = 1; p = 5%).

Na Tabela 11, apresentada abaixo, há dados decorrentes da opinião discente sobre a atratividade do mercado de trabalho após a conclusão do curso de graduação.

Tabela 11 - Atratividade do mercado de trabalho ao concluir o curso de graduação.

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Alunos do Prouni	Sim	10	76,9	76,9	76,9
	Não	3	23,1	23,1	100,0
	Total	13	100,0	100,0	
Demais alunos	Sim	51	68,0	68,0	68,0
	Não	24	32,0	32,0	100,0
	Total	75	100,0	100,0	

Fonte: pesquisa direta (2018).

De acordo com os resultados, a maioria de alunos do PROUNI reconheceu a atratividade do mercado de trabalho após a conclusão do curso de graduação (n = 10 ou 76,9%), assim como os demais alunos (n = 51 ou 68%). Essa discrepância observada entre os dois grupos de alunos não foi significativa estatisticamente, pois $\chi^2_{(obs)} = 0,41$ foi menor que o $\chi^2_{(tab)} = 3,841$ (gl = 1; p = 5%).

Na Tabela 12, apresentada mais adiante, há informações oriundas da opinião discente sobre a eficácia da formação obtida em nível de graduação, ante as exigências profissionais do mercado de trabalho.

Tabela 12 - Eficácia da formação obtida ante as exigências profissionais.

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Alunos do Prouni	Sim	10	76,9	76,9	76,9
	Não	3	23,1	23,1	100,0
	Total	13	100,0	100,0	
Demais alunos	Sim	52	69,3	69,3	69,3
	Não	23	30,7	30,7	100,0
	Total	75	100,0	100,0	

Fonte: pesquisa direta (2018).

Conforme os resultados, a expressiva maioria de alunos do PROUNI reconheceu haver eficácia na formação recebida ante as exigências profissionais do mercado de trabalho ($n = 10$ ou 76,9%), assim como os demais alunos ($n = 52$ ou 69,3%). Essa discrepância observada entre os dois grupos de alunos não foi significativa estatisticamente, pois $\chi^2_{(obs)} = 0,31$ foi menor que o $\chi^2_{(tab)} = 3,841$ ($gl = 1$; $p = 5\%$).

Na Tabela 13, apresentada abaixo, há informações oriundas da opinião discente referente à satisfação com a formação obtida em nível de graduação.

Tabela 13 - Satisfação discente com a formação obtida.

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Alunos do Prouni	Sim	10	76,9	76,9	76,9
	Não	3	23,1	23,1	100,0
	Total	13	100,0	100,0	
Demais alunos	Sim	49	65,3	65,3	65,3
	Não	26	34,7	34,7	100,0
	Total	75	100,0	100,0	

Fonte: pesquisa direta (2018).

Conforme os resultados, a expressiva maioria de alunos do PROUNI asseverou estar satisfeita com a formação recebida em nível de graduação ($n = 10$ ou 76,9%), assim como os demais alunos ($n = 51$ ou 65,3%). Essa pequena discrepância observada entre os dois grupos de alunos não foi significativa estatisticamente, pois $\chi^2_{(obs)} = 0,67$ foi menor que o $\chi^2_{(tab)} = 3,841$ ($gl = 1$; $p = 5\%$).

Na Tabela 14, apresentada mais adiante, há informações oriundas da opinião discente referente ao interesse em aprofundar os conhecimentos obtidos em nível de graduação.

Tabela 14 - Interesse em aprofundar os conhecimentos obtidos.

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Alunos do Prouni	Sim	11	84,6	84,6	84,6
	Não	2	15,4	15,4	100,0
	Total	13	100,0	100,0	
Demais alunos	Sim	74	98,7	98,7	98,7
	Não	1	1,3	1,3	100,0
	Total	75	100,0	100,0	

Fonte: pesquisa direta (2018).

Diante dos resultados, observa-se que a expressiva maioria de alunos do PROUNI asseverou ter interesse em aprofundar os conhecimentos obtidos em nível de graduação ($n = 11$ ou 84,6%), assim como os demais alunos ($n = 74$ ou 98,7%). Essa discrepância observada entre os dois grupos de alunos foi significativa estatisticamente, pois $\chi^2_{(obs)} = 6,64$ foi maior que o $\chi^2_{(tab)} = 3,841$ ($gl = 1$; $p = 5\%$). Assim sendo, os alunos que não são do PROUNI demonstraram maior interesse em aprofundar os conhecimentos obtidos. Provavelmente porque os alunos do PROUNI tenham o desejo imediato de inserir-se no mercado de trabalho, desempenho suas respectivas profissões.

Finalmente, na Tabela 15, apresentada abaixo, há dados resultantes da opinião discente referente ao interesse em voltar a estudar no UNIGrande.

Tabela 15 - Interesse em voltar a estudar no UNIGrande.

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Alunos do Prouni	Sim	9	69,2	69,2	69,2
	Não	4	30,8	30,8	100,0
	Total	13	100,0	100,0	
Demais alunos	Sim	66	88,0	88,0	88,0
	Não	9	12,0	12,0	100,0
	Total	75	100,0	100,0	

Fonte: pesquisa direta (2018).

Consoante os resultados, observa-se que a expressiva maioria de alunos do PROUNI asseverou ter interesse em aprofundar os conhecimentos obtidos em nível de graduação ($n = 9$ ou 69,2%), assim como os demais alunos ($n = 66$ ou 88%). Essa discrepância observada entre os dois grupos de alunos não foi significativa estatisticamente, pois $\chi^2_{(obs)} = 3,10$ foi menor que o $\chi^2_{(tab)} = 3,841$ ($gl = 1$; $p = 5\%$).

7.3.2 Conclusões Acerca das Opiniões dos Egressos Usuários do PROUNI Contrastadas com a dos Egressos Não Usuários do PROUNI

Como se pode averiguar a partir do estudo de campo com os egressos dos cursos de graduação presenciais do UNIGrande, a diferença existente entre as opiniões de alunos do PROUNI em contraste com as opiniões dos demais alunos centrou-se, unicamente, no maior interesse demonstrado pelos aprendizes que não são do PROUNI em aprofundar os conhecimentos obtidos na graduação. Tal constatação pode ser explicada, muito provavelmente, pelo fato de os alunos do PROUNI possuírem o desejo imediato de inserir-se no mercado de trabalho, de modo a gerar renda para as respectivas famílias, através do desempenho de suas respectivas profissões. Por outro lado, não se encontrou diferenças estatisticamente significativas entre as opiniões dos alunos do PROUNI em comparação com os demais aprendizes nos vários aspectos abordados.

Para finalizar, cumpre destacar, que no que tange aos usos da avaliação, além dos diretamente envolvidos no PROUNI, diversos outros usuários podem se valer das

descobertas da avaliação: gerentes de programas similares e/ou de diferentes níveis governamentais; agentes do governo e representantes de fundações, interessados em conhecer projetos bem-sucedidos que mereçam financiamento ou preocupados em aprimorar os programas dos quais são responsáveis; membros do Legislativo interessados na melhoria de programas existentes ou na elaboração de novas propostas; cientistas sociais e outros avaliadores que buscam aprender com as descobertas e com as metodologias empregadas. O interessado final é o público em geral ou a sociedade civil, a qual o governo deve ser *accountable for*. Dessa forma, os relatórios das avaliações podem servir tanto para divulgação, quanto para fomento do debate público em torno das alternativas de intervenção governamental em uma dada realidade social.

8 CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS: O PORVIR DO PROUNI

Inicialmente, faz-se oportuno realçar: no tange aos usos da avaliação, além dos indivíduos diretamente envolvidos no PROUNI, diversos outros usuários podem se valer das descobertas da avaliação, tais como: gerentes de programas similares e/ou de diferentes níveis governamentais; agentes do governo e representantes de fundações, interessados em conhecer projetos bem-sucedidos que mereçam financiamento ou preocupados em aprimorar os programas dos quais são responsáveis; membros do Legislativo interessados na melhoria de programas existentes ou na elaboração de novas propostas; cientistas sociais e outros avaliadores que buscam aprender com as descobertas e com as metodologias empregadas.

Não obstante, o interessado final é o público em geral ou a sociedade civil, a qual o governo deve ser *accountable for*. Dessa forma, os resultados dessas avaliações de resultados e de impactos, bem como os respectivos técnicos podem servir tanto para divulgação, quanto para fomentar o debate público em torno do valor e da relevância dos resultados (*accountability*), bem como para proporcionar alternativas de intervenção governamental em uma dada realidade social, com o fito do seu aprimoramento e/ou correção de rumos.

Com respeito à pesquisa executada, é de bom alvitre que se teçam comentários acerca dos fatores que afetam a validade interna e externa. Por exemplo, o estudo focou os usuários do PROUNI com bolsas integrais, que receberam formação em cursos de graduação do Centro Universitário da Grande Fortaleza (UNIGrande). Assim sendo, os resultados devem ter o seu escopo delimitado a essa IES específica, promovendo, assim, parcimônia na generalização destes. Por outro lado, no que tange aos objetivos da pesquisa, cumpre destacar que os resultados demonstraram que:

(i) Os usuários do PROUNI demonstraram satisfação com a formação recebida e reconheceram a eficácia desta, ante as exigências profissionais do mercado de trabalho, não tendo sido detectada diferença significativa com os não usuários do PROUNI [$\chi^2_{(1; 86)} = 0,67$; $p > 0,01$], permitindo alcançar o objetivo específico de diferenciar o nível de satisfação dos usuários do PROUNI com os demais alunos, no que tange à formação recebida;

(ii) Os usuários do PROUNI demonstraram maior desejo de inserirem-se imediatamente no mercado de trabalho, de modo a gerar renda para as respectivas

famílias através do exercício profissional, ao contrário dos não usuários do PROUNI, cuja diferença foi captada pelo Teste Qui-Quadrado [$\chi^2_{(1; 86)} = 6,64; p < 0,05$], permitindo o alcance do objetivo específico de contrastar o nível de empregabilidade dos usuários do PROUNI com os demais alunos.

Finalizamos o trabalho realçando o posicionamento, *ipsis literis*, de um entusiasta do poder transformador da Educação Superior, Dias Sobrinho (2018):

A educação é o processo de formação humana pelo qual o indivíduo solipsista e autorreferente se transforma em um cidadão mais equipado e mais consistentemente formado para a vida na sociedade. [...] A educação assenta-se sobre um princípio fundamental: ela é essencial e, portanto, insubstituível. Não pode ser elidida, nem negligenciada, menos ainda substituída por outra coisa. É essencial e insubstituível como o ar puro, a água limpa, a ética, a moral, a alimentação sadia, a saúde, a moradia, a segurança, o trabalho decente e tudo o mais que é básico e imprescindível para uma vida humana digna e segura. A educação tem enorme centralidade em tudo o que se faça para a sustentabilidade deste mundo no presente e no futuro (p. 737).

REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público, Brasília, v. 51, n. 4**, p. 5-59, out./dez. 2000.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Evaluación: la vía para la calidad educativa. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v.7, n. 25**, p. 355-368, 1999.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Calidad educativa y efectividad escolar: conceptos y características. **Educación em Debate, Fortaleza, v. 1, n. 39**, p. 7-14, 2000.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Avaliação da aprendizagem: conceitos, dados, problemas e perspectivas. **Psicologia Argumento, Curitiba, v. 22, n. 39**, p. 45-55, 2004a.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Avaliação institucional na Universidade Federal do Ceará (UFC): organização de sistema de dados e indicadores da qualidade institucional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 9, n.4, p. 33-54, 2004b.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Propostas Estatais Voltadas à Avaliação do Ensino Superior Brasileiro: Breve Retrospectiva Histórica do Período 1983-2008. **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 6, n. 4, p. 127-148, 2008.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Estudo de egressos de cursos de graduação: subsídios para a autoavaliação e o planejamento institucionais. **Educar em Revista, Curitiba, n. 54**, p. 203-220, 2014.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; OLIVEIRA, Karla Roberta Brandão. Autoavaliação institucional na Universidade Federal do Ceará (UFC): meio século de história. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 20, p. 489-512, 2015.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; SULIANO, Daniele Cirilo. Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 96, n. 243, p.282-298, 2015.

ARAÚJO, Adriana Castro. **Avaliação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Federal do Ceará (UFC) na perspectiva dos egressos (98 pág.)**. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (UFC), 2015.

ARAÚJO, Adriana Castro; ANDRIOLA, Wagner Bandeira; COELHO, Afrânio de Araújo. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID): desempenho de bolsistas *versus* não bolsistas. **Educação em Revista**, v. 34, e172839, 2018.

BLANKENBERG, Francis. **The Role of planning, monitoring and evaluation**. The Hague: Novib, 1995.

COSTA, Danielle Dias; FERREIRA, Norma-Iracema de Barros. O PROUNI na Educação Superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. **Revista da Avaliação da Educação Superior, Sorocaba**, v. 22, n. 1, p. 141-163, 2017.

COTTA, Tereza Cristina. Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). **Revista do Serviço Público, Brasília**, v. 52, n. 4, p. 89-110, out./dez. 2001.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade em tempos de precarização e incertezas. **Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba**, v. 23, n. 3, p. 736-753, 2018.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo**, v. 20, n. 59, p. 97-109, 2005.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas, Brasília**, n. 21, p. 211-259, 2000.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas Públicas, Brasília**, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

KERLINGER, Fred Nichols; LEE, Howard. **Foundations of behavioral research**. Orlando: Harcourt College Publishers, 2000.

MATOS, Nei Carlos Moraes. **Uma abordagem integrada entre QFD e gestão por procesos na oferta de bolsas e seleção do PROUNI (70 páginas)**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM): Santa Maria, 2007.

MOKATE, Karen Marie. Convertindo el “monstruo” en aliado: la evaluación como herramienta de la gerencia social. **Revista do Serviço Público, Brasília, v. 53, n. 1, p. 89-131, 2002.**

PACHECO, Eliezer; RISTOFF, Dilvo I. **Educação Superior: democratizando o acesso.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 2004.

PEREIRA FILHO, Ednaldo da Silva. **Perfil de jovens universitários bolsistas PROUNI: um estudo de caso na UNISINOS (131 páginas).** Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS): São Leopoldo, 2011.

RISTOFF, Dilvo Ivo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 723-747, 2014.**

ROCHA, Arlindo Carvalho. *Accountability* na Administração Pública: modelos teóricos e abordagens. **Contabilidade, Gestão e Governança, Brasília, v. 14, n. 2, p. 82-97, 2011.**

SCRIVEN, Michael. Evaluation as a discipline. **Studies in Educational Evaluation, v. 20, p. 147-166, 1994.**

SHADISH, Jr., William; COOK, Thomas; LEVITON, Laura. **Foundations of program evaluation: theories of practice.** Londres: SAGE, 1991.

SILVA, Pedro Luiz Barros; COSTA, Nilson do Rosário. **A avaliação de programas públicos: reflexões sobre a experiência brasileira.** Brasília: IPEA, 2002.

TABACHNICK, Barbara G.; FIDELL, Linda S. **Using Multivariate Statistics.** Boston: Pearson International Edition, 2007.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michel van. Avaliação de Políticas Públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529–550, 2008.**

TERRIEN, Jacques; SOBRINHO, Jorge Hage. Avaliação institucional em Universidades: considerações metodológicas. **Educação em Debate, Fortaleza, v. 6/7, n. 2/1, p. 17-27, 1983/1984.**

THOENIG, Jean-Claude. A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública. **Revista do Serviço Público, Brasília, v. 51, n. 2, p. 54-70, abr./jun. 2000.**

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no Ensino Superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006.**

ANEXO 1 – INSTRUMENTAL APLICADO

Questionário Voltado aos Egressos (QVE) do UNIGrande.

1. Você é egresso de qual curso do UNIGrande? _____
2. Você foi aluno do PROUNI? () Sim () Não
3. Você foi aluno do FIES? () Sim () Não
4. Idade (em anos completos): _____ anos
5. Gênero: () Masculino () Feminino
6. Exerce atividade remunerada? () Sim () Não
7. Essa atividade remunerada tem relação com o seu curso de graduação? () Sim () Não () Não se aplica
8. Durante a graduação houve orientação para o mercado de trabalho? () Sim () Não
9. Durante o curso houve momentos para informar os alunos sobre o ENADE? () Sim () Não
10. Durante o curso foram abordadas temáticas úteis ao exercício profissional? () Sim () Não
11. A atuação do corpo docente do meu curso de graduação foi muito satisfatória. () Sim () Não
12. O coordenador do meu curso de graduação atuou de modo muito satisfatório. () Sim () Não
13. A infraestrutura do curso foi muito satisfatória para a minha formação. () Sim () Não
14. Sempre encontrei na biblioteca do UNIGrande os livros que precisei. () Sim () Não
15. Sempre usei os livros da biblioteca virtual do UNIGrande. () Sim () Não
16. As deficiências na formação me impedem de atuar na área do curso. () Sim () Não
17. Ao concluir meu curso de graduação, encontrei mercado de trabalho atrativo. () Sim () Não
18. Com a minha atuação no mercado de trabalho percebo que a minha formação na graduação foi muito eficaz. () Sim () Não () Não se aplica ao meu caso, pois não trabalho.
19. Estou muito satisfeito com a formação obtida no meu curso de graduação. () Sim () Não
20. Tenho interesse em aprofundar os conhecimentos obtidos na graduação. () Sim () Não